

Estudo Técnico Preliminar 135/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 67612.018494/2024-37

2. Descrição da necessidade

- 2.1 O destacamento DTCEA-SRO é uma instalação do Comando da Aeronáutica (COMAER) que abriga equipamentos que compõem o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), incluindo as telecomunicações, no estado de São Paulo.
- 2.2 No destacamento supracitado há estrutura de pessoal que cumpre serviço administrativo e/ou técnico operacional que, para realizarem suas atividades de rotina, necessitam de água e de coleta de esgoto.
- 2.3 Os equipamentos existentes nas instalações supracitadas são mantidos por equipes técnicas que realizam manutenções preventivas e necessitam de água para limpeza dos equipamentos e para sua própria higienização pessoal.
- 2.4 Ademais, essas instalações do COMAER compõem o planejamento estratégico do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) para o cumprimento de acordos internacionais, bem como das recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).
- 2.5 Face ao exposto, faz-se necessário o contínuo fornecimento de água e coleta de esgoto nessas localidades, uma vez que a falta desse recurso hídrico pode impactar significativamente a segurança e a fluidez das operações aéreas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subdivisão de infraestrutura	1º Ten QOEA MET IVO MALAQUIAS DE CARVALHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- a) Concessionária de serviço público autorizada pelo Ente Federativo responsável pela região a explorar o serviço de fornecimento de água e de coleta de esgoto;
 - b) A empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP detém o monopólio dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto no município onde estão localizados os equipamentos e as instalações do COMAER no estado de São Paulo, conforme descritos no item 2 deste ETP; e
 - c) Garantia do fornecimento de água e, consequentemente, da continuidade das atividades administrativas e/ou operacionais do SISCEAB nessas localidades.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1 Trata-se de fornecedor exclusivo, ou seja, de concessionária do serviço público autorizada a explorar economicamente o serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto pelo Ente Público Federativo responsável e com preços autorizados e controlados pelas agências reguladoras de saneamento subnacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), cabendo à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a emissão de normas de referência, contendo diretrizes para abastecimento e esgotamento sanitário segundo o novo marco legal do saneamento básico, estabelecido pela Lei nº 14.026/2020.

5.2 Desse modo, depreende-se que a presente contratação direta de fornecimento de água e coleta de esgoto enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, em conformidade o Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Trata-se de serviço público prestado à população através de concessionárias do serviço público que mantém rede de água e esgoto no município de maneira que a estrutura está totalmente disponível ao usuário. Portanto, não carece de nenhum custo de implantação ou instalação, pagando o usuário apenas pelo consumo verificado e medido através de sistemas/relógios de medição e de normas estabelecidas no setor de saneamento, bem como pelas normas do Ente Público responsável pela concessão.

6.2 Tendo em vista a natureza continuada do serviço público, oferecido em regime de monopólio, a vigência do Contrato será por prazo indeterminado, nos termos do art.109 da Lei nº 14.133/21.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A Estimativa das quantidades, baseada nas faturas emitidas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) (CNPJ 43.776.517/0001-80), referentes às unidades consumidoras das localidades abrangidas nesta contratação, levando em consideração o volume do consumo nos 12 (doze) meses, sendo do mês de Julho/2023 a Junho/2024, foi de 9.700m³ no ano, e com os valores acrescidos de um adicional de 20% para fazer frente aos aumentos de tarifas e possíveis vazamentos resulta em 11.640 m³.

7.2 As tarifas de água e coleta de esgoto são definidas pelas concessionárias e reguladas pelas agências reguladoras de saneamento subnacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais) e seus aumentos geralmente superam perspectivas inflacionárias.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 116.982,00

8.1 O custo da contratação é estimado em R\$ 9.748,50 (nove mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), resultando no montante de R\$ 116.982 (cento e dezesseis mil novecentos e oitenta e dois reais) por ano.

8.2 O valor acima está acrescido em 20% devido a possíveis variações decorrentes de ajustes monetários das tarifas, elevação de consumo associado a manutenções, maior uso de equipamentos de refrigeração, bem como da possibilidade de vazamentos indesejáveis.

8.3 Tal valor foi obtido a partir do histórico de consumo de água do efetivo administrativo e/ou técnico-operacional nas instalações descritas no item 2 deste ETP

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Não há agrupamento, pois o fornecedor é exclusivo na região onde o serviço é prestado.

9.2 Importante registrar, no ponto, que será contratada a empresa que presta o serviço no município onde estão localizados os equipamentos e instalações do COMAER descritos no item I deste documento, a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, que detém o monopólio dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto nessas localidades.

9.3 O pagamento será mensal, derivado da própria natureza dos serviços, uma vez que os consumos são medidos mensalmente e seus respectivos valores são os constantes nas faturas emitidas pela concessionária e enviadas ao usuário para o efetivo pagamento.

9.4 Figura-se neste caso um tipo de contrato de adesão, onde o usuário se submete às condições de prestação de serviços e paga pelo consumo efetivamente medido.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano Setorial (PLANSET).

11.2 O PLANSET é a programação concebida no nível setorial, que visa possibilitar a otimização das ações com vistas ao atendimento dos projetos estratégicos definidos pelo COMAER. Nesse Plano, são priorizados as atividades e os projetos a serem implementados, os quais deverão contribuir para o alcance dos objetivos específicos definidos na Política da Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo.

11.3 O PLANSET é estruturado em atividades e projetos, os quais são agrupados em Sistemas que, por sua vez, constituem divisões de uma das Funções definidas para as áreas de atuação do DECEA.

11.4 O Plano Setorial é utilizado como referência para a elaboração dos Programas de Trabalho das Organizações subordinadas e do Gabinete do DECEA. E deve proporcionar as condições necessárias para promover os ajustes decorrentes das necessidades extemporâneas, evidenciados, tanto pelas necessidades apresentadas pelo COMAER como, principalmente, pela análise da situação do SISCEAB.

11.5 As Funções correspondem às áreas de atuação do DECEA e se desdobram em Sistemas. Os Sistemas são divisões atribuídas a uma Função, com a finalidade de agrupar atividades e projetos com características afins. Essas características foram definidas para melhor representar uma área de atuação do DECEA, que poderá ser submetida a alguma ação de manutenção, implantação, modernização e revitalização, bem como outras que se façam necessárias, em razão das características do SISCEAB.

11.6 As áreas de atuação do DECEA estão contempladas nas seguintes Funções:

Gerenciamento de Tráfego Aéreo – ATM;

Telecomunicações – TEL;

Vigilância do Espaço Aéreo – VIG;

Apoio às Operações Aéreas Militares – OPM;

Meteorologia Aeronáutica – MET;

Informações Aeronáuticas – AIS;

Busca e Salvamento – SAR;

Meios de Navegação Aérea – NAV;

Inspeção em Voo e Radio monitoragem – INV;

Cartografia Aeronáutica – CAR;

Apoio Administrativo – ADM;

Recursos Humanos – RHU; e

Suporte Logístico – LOG.

11.7 Nesse contexto, o projeto da tendente contratação se encontra alinhado com a busca em aplicar melhor os recursos colocados à disposição do DECEA, na implementação do planejamento de atividades e projetos no âmbito do SISCEAB, sendo observada a sequência dos seguintes quesitos para proposição da execução dos serviços:

a) Atendimento de situações que comprometem a operacionalidade de órgãos, sistemas e equipamentos do SISCEAB;

- b) Manutenção da infraestrutura e da capacidade operacional do SISCEAB, inclusive diante do aumento da demanda; e
- c) Melhoria do desempenho técnico e operacional de órgãos, sistemas e equipamentos do SISCEAB.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação visa o fornecimento de água e coleta de esgoto para a execução das atividades administrativas e/ou operacionais nas unidades (instalações e equipamentos) do COMAER localizadas no estado de São Paulo.

12.2 Com isso, será possível garantir ininterruptamente a prestação do Serviço de Tráfego Aéreo nessa região, conforme planejamento estratégico do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), e o cumprimento de acordos internacionais e recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

12.3 Vislumbra-se ainda, melhor atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômico, com a racionalização de uso do recurso hídrico em questão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não se faz necessária a adequação do ambiente do órgão para esta contratação, pois a infraestrutura para o fornecimento dos serviços já está disponível e de acordo com os padrões técnicos exigidos pela concessionária a ser contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

14.1.1. A Constituição Federal estabelece, no inciso VI do art. 170, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. No art. 225, destaca-se o dever constitucional do Estado preservar o meio ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

14.1.2. As contratações públicas sustentáveis constituem instrumentos relevantes de contribuição para a reorganização da economia com novos paradigmas. Sob tal perspectiva, as contratações públicas sustentáveis representam a adequação da contratação ao que se chama consumo sustentável. Significa pensar a “proposta mais vantajosa para a administração” levando-se em conta não apenas o menor preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta e o bem-estar social.

14.1.3. Cabe ao governo, estimular uma economia “que resulte em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que gere valor para a Natureza, reduzindo significativamente os impactos e riscos sociais e ambientais e a demanda sobre recursos escassos do ecossistema e da sociedade”.

14.1.4. De acordo com o art. 1º da Instrução Normativa Nr 01-MPOG de 19 Jan 2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

14.1.5. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidades.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a prestação do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto à unidade do COMAER no estado de São Paulo, descritas no item I deste documento, mostra-se possível e extremamente necessária, conforme fundamentação apresentada anteriormente. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IVO MALAQUIAS DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

VINICIUS TAVARES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

IGOR GASPAR DOS SANTOS FERNANDES

Membro da comissão de contratação

DENIS BORGES CAMARGO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo:

LEONARDO MACHADO GUIMARAES

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP135_2024
Data/Hora de Criação:	20/08/2024 16:55:02
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	7275a9475bf3834da7eafcd6c3388d3b
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten IVO MALAQUIAS DE CARVALHO no dia 28/08/2024 às 08:34:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento VINICIUS TAVARES DOS SANTOS no dia 28/08/2024 às 08:46:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DENIS BORGES CAMARGO no dia 28/08/2024 às 08:55:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento IGOR GASPAR DOS SANTOS FERNANDES no dia 28/08/2024 às 12:11:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten GILNEI KRAFTZUK no dia 29/08/2024 às 13:51:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Civil Marcelo Campos Russo no dia 02/09/2024 às 10:44:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LEONARDO MACHADO GUIMARÃES no dia 02/09/2024 às 13:58:57 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	19/09/2024 17:44:50
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	ea8e6655aec0deb1f73ace6ce8e7cf68
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten IVO MALAQUIAS DE CARVALHO no dia 29/11/2024 às 11:16:46 no horário oficial de Brasília.